

## **BREVE ESTUDO DO MÉTODO ECONÔMICO: AS ORIGENS DO PARADIGMA DOMINANTE, O POSITIVISMO DE FRIEDMAN E A RETÓRICA EM MCCLOSKEY**

Lucas Barbosa<sup>1</sup>  
Lucas Casonato<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa a epistemologia da ciência econômica, bem como a origem da sua metodologia. Objetiva-se revisar a organização do pensamento econômico sobre seu caráter científico, revisando suas origens e evolução. Para tanto, são tratados alguns conceitos que influenciaram o desenvolvimento da ciência e do paradigma Neoclássico em que a Economia se vê, cristalizados na proposta de Friedman. Também é observada uma forma alternativa ao método econômico dominante, a ideia de McCloskey sobre a retórica da ciência. Através da revisão histórica e bibliográfica, concluiu-se que na Economia prevalece uma “ciência normal”, na perspectiva kuhniana, pautada e limitada pelas regras Neoclássicas de pesquisa, em que a retórica se apresenta como alternativa viável de método científico por ser capaz de compreender a versão dominante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Metodologia da ciência econômica. Retórica da economia. Epistemologia.

### **1. INTRODUÇÃO**

A discussão da metodologia na ciência econômica ficou aquecida na década de 1970 com as sucessivas contraposições ao pensamento Neoclássico. Nesta época prevalecia a visão legitimada por Friedman (1953) em seu artigo seminal, “*The Methodology of Positive Economics*”. Neste trabalho o autor alegou que uma teoria científica deveria ser reconhecida por sua eficiência preditiva, independente da realidade nas hipóteses assumidas. Como diversas abordagens teóricas se mostraram ineficientes em esclarecer sobre os eventos econômicos da época, tal problema demonstrou uma inconsistência entre teoria e validação empírica. Isso fez despertar nos economistas teóricos a necessidade de um melhor entendimento sobre as bases metodológicas que sustentam a ciência econômica.

A forma científica da Economia foi bastante debatida nos anos 1980. Neste período foram recuperadas várias ideias sobre ciência, desde as dúvidas levantadas quando Popper (1934) propôs o falseacionismo até a proposta de análise de retórica

<sup>1</sup> Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande – MS – Brasil. Graduado em Ciências Econômicas.

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba – PR – Brasil. Professor de Economia. casonato.economia@gmail.com.

nas ciências sociais por McCloskey (1983), quando esta última rotulou de “modernismo” os métodos positivistas que dominavam o discurso econômico na época.

Com base nessa discussão, o presente trabalho tem por objetivo rever brevemente como se deu a organização do pensamento da Economia enquanto ciência. Busca, com isso, tentar entender as origens da metodologia econômica dominante e como essa se moldou com o passar dos anos a partir das diferentes influências teóricas. Para isso, é discutido o paradigma econômico dominante, onde o aprendizado e as pesquisas estão, quase sempre, dentro de uma regra normativa que implica em estudos científicos voltada aos testes empíricos, mesmo que não haja necessidade inerente de empiria para a consolidação científica, como se pretende apresentar. Em específico, apresenta-se as ideias de McCloskey sobre retórica como via alternativa de método científico para a Economia por sua abrangência.

Justificam-se esses objetivos a partir da necessidade de se compreender melhor a própria metodologia da ciência econômica. Se a metodologia é a sequência norteadora de uma pesquisa, pode-se questionar: qual é o método certo do cientista em Economia para esse estudo? Se a economia estuda os indivíduos, sociedade ou fenômenos das suas relações, qual a importância das hipóteses assumidas no processo de construção teórica? Essas questões parecem implicar que não se pode aproximar a metodologia econômica das ciências naturais, devido a própria complexidade do objeto de estudo, como será visto adiante. Essa é uma discussão que perpassa toda a história de desenvolvimento da Economia, bem como é o fio condutor deste estudo, concebido com a intenção de (re)aquecer o debate metodológico.

O restante do trabalho está dividido em outras três seções. A segunda seção recupera a ideia de ciência a partir de sua história e filosofia, revisando as principais visões sobre a natureza científica do conhecimento. Na terceira seção é visto como a Economia, a partir da visão dominante, Neoclássica, percebe a ciência durante a defesa de uma metodologia econômica específica. A quarta e última seção busca discutir aquilo que foi levantado ao longo do artigo para fazer as conclusões do trabalho.

## **2. UMA REVISÃO SOBRE A IDEIA DE CIÊNCIA**

Nesta seção é realizada uma revisão sobre a ideia de ciência. Inicia-se com uma revisão histórica para apresentar como esse conceito se desenvolveu ao longo do tempo no campo da filosofia para defender o empirismo. Na sequência são discutidas as principais tentativas de definição do que é científico a partir de diferentes teorias sobre a ciência. Com isso, busca-se apontar que a existência de diversas propostas esclarece sobre a possibilidade de existirem múltiplas visões científicas, sem que haja a necessidade de um único procedimento metodológico.

### **2.1. HISTÓRIA DA CIÊNCIA**

Segundo Losee (1979), Aristóteles foi o primeiro filósofo da ciência, tendo criado esta disciplina ao analisar certos problemas que surgiram com a explicação científica. Nessa perspectiva, Aristóteles olhava a investigação científica como uma progressão das observações, tendo afirmado que o cientista deveria induzir princípios explanatórios dos próprios fenômenos a serem explicados, e em seguida deduzir afirmações sobre os fenômenos a partir de premissas que incluíssem estes princípios.

A primeira parte do procedimento a que Aristóteles se referiu é o processo indutivo, que parte da enumeração das afirmativas sobre o objeto ou eventos individuais a serem usados como base da investigação (LOSEE, 1979). Em segundo momento é realizado o processo dedutivo, em que seriam generalizadas as premissas obtidas por meio da observação realizada no estágio indutivo, permitindo a dedução sobre o fenômeno em discussão. Assim, neste método aristotélico da ciência, é importante frisar que há resquícios de empiria para a explicação científica, pois Aristóteles insistia em que as premissas de uma explicação deviam ser verdadeiras.

De acordo com Barbieri e Feijó (2013, p. 51) “a saída filosófica de Aristóteles para a demarcação científica, consistia em ancorar a reputação do bom discurso científico na noção de verdade”. Desta forma, Aristóteles buscou caracterizar a ciência como aquela responsável pelo discurso unívoco e exclusivamente

verdadeiro, por expressar a realidade de fato. Segundo Losee (1979), a visão aristotélica sobre o conhecimento científico genuíno é indissociável daquilo que é essencialmente verdadeiro, tal que o princípio da ciência não poderia ser algo senão a própria realidade.

No final do Século XII os manuscritos de Aristóteles foram traduzidos para o latim, e isso iniciou uma série de críticas quanto ao método aristotélico. Francis Bacon (1561-1626) fez importantes contribuições para um novo método da ciência. Este autor acreditava que o conhecimento científico dava ao homem poder sobre a natureza e, com isso, o avanço da ciência poderia ser usado para promover o progresso e a prosperidade humana em escalas inimagináveis. Para Magee (1999), Bacon separou a ciência da metafísica, bem como defendeu que as explicações científicas deveriam ser pautadas em observações e experimentos.

Bacon rompeu com o legado aristotélico, mas manteve muitas semelhanças com este (BARBIERI; FEIJÓ, 2013). Porque o caminho para a descoberta da verdade em Bacon seria alcançado pelo controle metódico e sistemático das observações. Dentre as maiores queixas quanto ao modelo de Aristóteles, Bacon condenou o fato de este conduzir a ciência à lógica dedutiva, o que era reprovável no pensamento baconiano porque no estágio indutivo as generalizações estariam suscetíveis a ocorrências precipitadas, podendo ser obtidas com poucas observações (LOSEE, 1979). Então, o método aristotélico estava sujeito, para Bacon, a generalizar por método dedutivo algumas premissas não verdadeiras, comprometendo o método e seus resultados.

Uma tradição filosófica influenciada pelas ideias de Bacon foi o empirismo inglês. Essa corrente teve grande relevância para a filosofia empirista, tendo afetado os trabalhos de nomes importantes nos primórdios da Economia, como Adam Smith e John Stuart Mill. Seus expoentes, os chamados grandes empiristas, foram John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776) (LOSEE, 1979).<sup>3</sup>

Segundo Magee (1999), Locke enfatizou que os sentidos constituem a única conexão direta entre um indivíduo e a realidade externa a ele. Desta forma, seria somente por meio dos sentidos que alguma coisa passaria à consciência de cada indivíduo. Assim, o conhecimento científico não poderia se basear unicamente no

---

<sup>3</sup> Sobre a influência desses pensadores na origem da Economia Política Clássica, ver Coutinho (1993).

processo dedutivo porque isso implicaria dispensar a única ligação do indivíduo com a realidade externa, a observação empírica.

Na mesma linha, Hume acreditava que o conhecimento que não fosse derivado de alguma observação deveria ser rejeitado, caracterizado como algo sem sentido. Nesta perspectiva, não seria possível atribuir significado para qualquer relação de causa e efeito sem a validação da experimentação, já que o conteúdo científico prescinde de elementos observáveis (BARBIERI; FEIJÓ, 2013). Assim, tanto Locke como Hume compartilharam uma premissa empirista básica, onde o alcance da verdade requereria alguma forma de experimentação empírica.

Segundo Barbieri e Feijó (2013), Hume possuía um grau de ceticismo quanto à capacidade cognitiva humana. O filósofo teria argumentado que a ocorrência de um evento, por ser contextual de tempo e lugar, não garantiria sua repetição. A expectativa de recorrência estaria baseada na crença sobre a uniformidade do mundo. A confiança nessa crença seria reforçada com a repetição das observações, recorrentes apesar de mudanças contextuais. Ou seja, a repetição da relação causal.

Baseado nesta relação entre causa e efeito, Hume considerou que só se poderia alcançar o conhecimento científico com base na repetição das observações. Principalmente porque não seria possível garantir a recorrência da relação percebida entre causa e efeito partindo de uma situação imediata (LOSEE, 1979). A partir disso houve a noção de que não se poderia atingir a certeza de uma declaração verdadeira com base na interpretação científica, já que essa dependeria da probabilidade com base na qual as leis e teorias estariam assentadas.

Essa subseção quis mostrar que os principais autores que discutiram a ciência com base na empiria tomaram a observação como elemento necessário ao conhecimento científico. Ao longo do tempo essas visões foram se reforçando e desenvolvendo, o que permite observar sua influência sobre a Economia já em seu início enquanto ciência. A seguir são discutidas as diferentes visões filosóficas para a ciência que se desenvolveram no século XX a partir do debate sobre a necessidade ou não de empiria na investigação científica. Isso ajudará a entender sua influência sobre a própria noção de ciência para a qual a Economia se direcionou em meados deste período.

## **2.2. FILOSOFIA DA CIÊNCIA**

Serão vistas na divisão adiante as diferentes vertentes sobre a natureza da ciência moderna com base nas seguintes teorias acerca do tema: (i) o falseacionismo de Popper e a sua visão do progresso da ciência baseada em tentativa-e-erro; (ii) a “Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica” (MPPC) de Lakatos, que buscou aperfeiçoar o falseacionismo popperiano; (iii) a progressão descontínua da ciência de Kuhn, e; (iv) por fim, a teoria anarquista de Feyerabend em seu “vale-tudo” metodológico.

### **2.2.1. O falseacionismo**

Karl Popper (1902-1994), em seu livro “*A Lógica da Pesquisa Científica*” (1934), inicia sua discussão com o tópico “O Problema da Indução”, enfatizando que os empiristas se apegaram exclusivamente ao método indutivo. O problema daí originado seria não permitir uma condução lógica à conclusão dos resultados, ao partir do particular para o geral, trazendo apenas conclusões baseadas na probabilidade – como anteriormente discutido por Hume. Isso teria feito, para Popper, a ciência se transformar em enunciados fundamentados em experiências singulares. No decorrer do livro, essa temática é perseguida na busca por produzir uma lógica da pesquisa científica baseada na investigação da validade da teoria, e não no que ela apresenta de fato. Desta forma, há uma mudança de objeto, da discussão do método para a avaliação da teoria.

Uma regra proposta por Popper (1934) para diferenciar a ciência do que ela não é foi o “princípio da demarcação”. Essa métrica tentou estabelecer uma convenção para todas as ciências discutirem a validade de suas teorias, já que Popper não via a ciência como propositada à obtenção de enunciados absolutamente certos e irrevogavelmente verdadeiros. Para este autor, o conhecimento científico não poderia se prender ao objetivo da verdade, porque este próprio fim resultaria no “retorno ao dogmatismo positivista” (POPPER, 1934, p. 41). Popper (1934) então propôs o falseacionismo como critério de demarcação, tendo

apontado que todos os enunciados científicos deveriam ser julgados por sua verdade e falsidade, o que permitiria uma avaliação para averiguar sua veracidade.

Segundo Chalmers (2011), o falseacionismo admitiu que a ciência progrediria por tentativa e erro, por conjecturas e refutação, onde apenas as teorias mais adaptadas sobreviveriam. Porém, em momento algum se poderia confirmar a veracidade de uma teoria. No livro “*A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*”, Popper (1945) ratificou sua proposta dizendo que “apenas os fatos que confirmam a teoria, o método da ciência consiste em procurar fatos que possam refutar a teoria” (POPPER, 1945, p. 216).

Baseado em seu critério de demarcação, Popper separou o pensamento científico autêntico do pensamento dogmático. Assim, o progresso daquele primeiro se daria com a formulação de problemas e a tentativa de resolvê-los por meio de teorias, onde o conhecimento gerado poderia ser aperfeiçoado por meio de refutações que eliminariam as hipóteses erradas.

A ciência progrediria com base nesse processo, de conjecturas e refutações, porque as hipóteses sobreviventes seriam recorrentemente colocadas a prova no futuro, de maneira contínua, levando a proposição de novos problemas para investigação, que novamente seriam testados, e assim por diante. Popper acreditava que a única maneira de o conhecimento crescer seria por meio da adoção de uma postura crítica, sempre vigilante contra o dogmatismo (BARBIERI; FEIJÓ, 2013).

### **2.2.2. A contribuição de Lakatos e o conceito de programas de pesquisa**

O falseacionismo sofreu duras críticas por seu modelo original. A ideia do progresso científico de Popper ficou bastante confusa quanto ao caráter histórico. Com base nisso, Imre Lakatos (1922-1974) desenvolveu sua visão da ciência como tentativa de melhorar o falseacionismo popperiano e superar as contestações colocadas a este. Em vez de buscar falsear uma teoria, para Lakatos, a teoria deveria ser examinada a partir da cadeia temporal de teorias sobrepostas. A fim de identificar os pressupostos compartilhados nessa série de teorias relacionadas, Lakatos propôs o conceito de programa de pesquisa (BARBIERI; FEIJÓ, 2013).

A proposta de Lakatos pode ser entendida, simultaneamente, como continuação e alternativa à tese de Popper, em sua tentativa de analisar as teorias

enquanto estruturas organizadas. Aqui não serão tratadas as formas de falseacionismo que Lakatos propôs, direcionando o foco à sua Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica (MPPC), como alternativa de aperfeiçoar o método popperiano.

O conceito de programa de pesquisa foi introduzido por Lakatos no livro “*O Falseamento e a Metodologia Dos Programas de Pesquisa Científica*” em 1970. Neste material o autor defendeu que “o crescimento científico se dá em termos de transferência progressiva e degenerativa de problemas em séries de teorias científicas” (LAKATOS, 1970, p. 161). Um programa de pesquisa é um arcabouço que propicia uma orientação, que dá sentido para a pesquisa futura. Todo programa possui um “núcleo rígido”, a particularidade que define aquela teoria, e a heurística negativa do programa proíbe a descaracterização deste núcleo, formando um “cinto de proteção” contra críticas. Segundo Lakatos (1970), o programa de pesquisa será bem-sucedido se esse cinto de proteção suportar o impacto de outras teses e for se ajustando para defender o núcleo. De acordo com Chalmers:

[A] heurística negativa de um programa de pesquisa envolve a estipulação de que as suposições básicas subjacentes ao núcleo, não devem ser rejeitadas ou modificadas. Ele está protegido da falsificação por um cinturão de hipóteses auxiliares e condições iniciais (CHALMERS, 2011, p. 112).

Além de heurísticas negativas, os programas de pesquisa também foram caracterizados por Lakatos pela existência de heurísticas positivas, responsáveis por indicar como o programa de pesquisa pode ser desenvolvido. Segundo Chalmers (2011), tal desenvolvimento envolveria a suplementação do núcleo irreduzível com suposições adicionais, em uma tentativa de explicar fenômenos previamente conhecidos e prever fenômenos novos. Conforme Barbieri e Feijó (2013), as heurísticas positivas ensinam como aperfeiçoar as teorias, como construir as hipóteses auxiliares de modo a evitar o falseamento e salvar o programa de pesquisa.

Assim, o programa de pesquisa pode ser visto como a transferência progressiva de investigações à medida que surgem novas teorias, mostrando que o programa consegue ser reforçado pelos novos fatos aí tratados. Logo, um programa não é rejeitado no curto prazo. Para Barbieri e Feijó (2013), se espera que o

programa alcance certa maturidade de forma que as teorias possam ser retrospectivamente corroboradas. O progresso das teorias, então, só seria visto bem depois de sua criação, e mesmo aquelas em descrédito no meio científico poderiam sobreviver até o ponto de constatação empírica de que seria impossível a sua recuperação.

### **2.2.3. Thomas Kuhn e a tese histórica da comunidade científica**

Na época de Lakatos não se teve certeza quanto à possibilidade de caracterizar de forma linear a interpretação lakatosiana do progresso científico, em que diferentes teorias se sobrepunham periodicamente apesar da coexistência entre diferentes visões. Com isso, Thomas Samuel Kuhn (1922-1996) priorizou o uso da história na interpretação da ciência, criando uma teoria da comunidade científica que deu maior ênfase ao caráter histórico, propondo uma abordagem para o desenvolvimento da ciência que levou em conta sua descontinuidade.

Em seu livro *“A estrutura das revoluções científicas”*, publicado em 1962, Kuhn, trouxe ao público aquilo que Popper não conseguiu enxergar nas explicações tradicionais da ciência, sejam elas indutivista ou falseacionista: o caráter histórico (KUHN, 1962). No artigo *“Reflexões Sobre Meus Críticos”*, Kuhn (1979) reforçou a importância do papel histórico e sociológico para metodologia, criticando Popper diretamente por não ter levado em consideração esses fatores. Assim, com base nessa perspectiva social da ciência, Kuhn chegou à seguinte conclusão: o cientista está inserido em um contexto histórico e sociológico específico, tal que o avanço da ciência tem um caráter psicológico e não racional.

O aspecto mais notável da teoria de Kuhn é que a ciência não progrediria de maneira contínua, em caráter evolucionário, antes, seu desenvolvimento seria marcado pela descontinuidade, de tempos em tempos, caracterizando-a como revolucionária. O desenvolvimento da ciência ficaria marcado por períodos de *“Revolução Científica”*, seguido de épocas caracterizadas pela supremacia de uma vertente teórica, que o autor denominou *“Paradigma”* (BARBIERI; FEIJÓ, 2013).

A teoria epistemológica de Kuhn foi definida com base em três conceitos definidos pelo autor: Paradigma; Ciência Normal e Revolução Científica.

Thomas Kuhn, ao tratar da epistemologia, irá trabalhar com três conceitos básicos: Ciência Normal, Paradigma e Revolução Científica. No livro de 1962, Kuhn começa explicando o conceito de Ciência Normal como:

[A] pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior (KUHN, 1962, p. 29).

No período em que prevalece a Ciência Normal predomina um Paradigma, constituído de modelos e termos tradicionais, norteadores da prática científica por sua coerência. “O estudo desses paradigmas é o que prepara o estudante para ser membro da comunidade científica” (KUHN, 1962, p. 30). A pesquisa dentro da Ciência Normal estará baseada no Paradigma que estará comprometido com as mesmas regras e padrões para a prática científica. “Esse comprometimento e consenso aparentemente que produz são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada” (KUHN, 1962, p. 31).

De acordo com Kuhn (1962), os Paradigmas se sucedem pelas transformações teóricas que ocorrem quando surgem as anomalias, fatores que a ciência no estado atual se vê incapaz de explicar. Essas transformações podem reformular o Paradigma em questão, acomodando o fenômeno que gerou a discussão teórica, ou resultar em uma Revolução Científica, quando há uma troca de Paradigma. Na perspectiva kuhniana a transição sucessiva de um paradigma a outro, por meio dessa Revolução, é o padrão usual de desenvolvimento da ciência amadurecida.

Portanto, esta visão da ciência demonstrou que não há necessariamente continuidade na pesquisa científica, com um único modelo sendo desenvolvido ao longo do tempo. Na pesquisa científica, abordagens distintas podem vir a sobrepor-se a partir de determinados problemas de pesquisa. Kuhn não viu o avanço da ciência como linear, mas caracterizado por saltos descoordenados, porque independentes, de forma que o conhecimento científico seria relativo e dependente do paradigma predominante, tal que a ciência se desenvolveria de acordo com uma tradição que está sujeita a crises.

#### **2.2.4. Uma visão alternativa para a prática científica no anarquismo metodológico**

A última interpretação que se quer destacar explorou o caráter descontínuo da atividade científica, de modo que rompeu com as tradições até então prevaletentes. Em 1975, no livro *“Contra o Método”*, Paul Karl Feyerabend (1924-1994) fugiu ao debate convencional que lhe precedeu, embora tendo se baseado neste para a sua proposta bem mais larga para a prática da ciência.

A defesa de uma prática científica por Feyerabend (1975) admite uma perspectiva histórica do desenvolvimento da ciência. Seu livro inicia com a recuperação de que qualquer metodologia da ciência até ali apresentada não teria sido bem-sucedida. Desta forma, na perspectiva do autor, qualquer adoção de uma metodologia estrita seria danosa ao desenvolvimento da ciência, porque confinaria o avanço científico ao método pré-determinado. Principalmente porque: “[a] ciência é um empreendimento essencialmente anárquico: o anarquismo teórico é mais humanitário e mais suscetível de estimular o progresso do que alternativas representadas por ordem e lei” (FEYERABEND, 1975, p. 9).

Assim, em Feyerabend (1975) residiu a defesa do anarquismo metodológico, pautada na constatação de que o único princípio que historicamente não teria restringido o progresso científico foi o do “tudo vale”. Com isso, fica proposto o pluralismo teórico, por sua maior capacidade de fazer avançar a ciência, autorizando a coexistência de várias teorias mesmo que conflitantes entre si. Teve-se, com isso, um princípio de tenacidade e um princípio de abundância de teorias (BARBIERI; FEIJÓ, 2013).

Outra forma de defesa do pluralismo metodológico tomou como base a liberdade individual, bastante explorada no livro, apontando que, em geral, os maiores avanços científicos foram obtidos quando os cientistas livres agiram de maneira diferente da metodologia predominante à época. Para o autor, “cabe [...] recorrer a hipóteses que contradizem teorias confirmadas e/ou resultados experimentais bem estabelecidos. É possível fazer avançar a ciência, procedendo contra-indutivamente, sempre contra os fatos bem estabelecidos” (FEYERABEND, 1975, p. 307).

### **3. METODOLOGIA DA ECONOMIA**

Os autores destacados na seção anterior desenvolveram diferentes conceitos que ajudam na compreensão das metodologias econômicas, já que todos eles influenciaram diretamente o desenvolvimento da própria filosofia da ciência de maneira geral. Assim, essas contribuições, principalmente as questões epistemológicas de terminologia e suas implicações teóricas, ajudarão na exposição de duas metodologias específicas presentes na Economia. A primeira é a do Paradigma Neoclássico, aquela dominante na ciência econômica, e a segunda, uma reação à primeira, é a alternativa proposta por McCloskey de estudo da retórica econômica. Desta forma, a presente seção investiga o debate metodológico que surge do confronto dessas duas possibilidades a que se faz referência.

#### **3.1. CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DA ECONOMIA NEOCLÁSSICA**

Um dos textos de maior influência na Economia, principalmente na visão Neoclássica, é o “*Metodologia da Economia Positivista*” de Milton Friedman (1912-2006), publicado em 1953. Neste texto o autor defendeu o viés empirista para o método da ciência econômica, apresentando-o como característica do rigor metodológico a ser seguido pelos economistas, reforçando a tendência crescente do século XX de se aproximar a Economia das ciências naturais.

Na primeira parte do texto, Friedman (1953) diferenciou a economia positiva da economia normativa, tratando a primeira como uma ciência que descreve os fenômenos econômicos como eles são de fato, e a economia normativa com expressão dos juízos de valor sobre as coisas deveriam ser. Segundo Barbieri e Feijó (2013), a separação feita por Friedman ajudou a solucionar controvérsias metodológicas, uma vez que a mistura da ciência com julgamentos de valor nos debates econômicos reforçava diferenças irreconciliáveis.

Assim, Friedman (1953) buscou tratar da economia positiva enquanto ciência cuja característica básica seria a possibilidade de generalizações, como campo científico exclusivamente objetivo, tratando-a tal qual uma ciência da natureza. Com base nisso, o autor defendeu que um modelo econômico nada mais é do que uma

simplificação da realidade que, para tanto, utiliza hipóteses em sua construção. Porém, dada essa finalidade, a de simplificar a realidade, tais hipóteses acabariam sendo necessariamente irrealistas e, por isso, não deveriam ser objeto de investigação. Bastaria, portanto, que os pressupostos do modelo guardassem alguma relação com a realidade. Em resumo, uma hipótese boa seria aquela que explica muito a partir de pouca conjectura, e quanto menos conjectura, menor grau de realidade restaria à hipótese.

Uma forma de enxergar a proposta de Friedman é considerar as análises estáticas a partir da utilização da condição *ceteris paribus* na Economia. “A hipótese concebida só é presumidamente válida (ou seja: conduz a previsões “suficientemente” acuradas) para uma classe restrita de circunstâncias” (FRIEDMAN, 1953, p. 20). Essa classe restrita de circunstâncias pode ser vista na condição destacada, admitindo-se que as demais variáveis fiquem constantes.

Em Friedman (1953) uma teoria científica pode ser tanto uma linguagem para sistematizar o raciocínio quanto um conjunto de hipóteses simplificadoras, tendo em suas hipóteses um aparato classificatório para organizar o material empírico. Barbieri e Feijó (2013) apontam que Friedman utilizou o critério de falseacionismo de Popper para defender que uma teoria deveria ser julgada por seu poder preditivo. Desta forma, as observações contrárias às consequências previstas pela teoria levariam à rejeição da teoria. Blaug (1988, p. 1) foi mais incisivo na associação entre os autores, afirmando que: “Friedman é simplesmente Popper, apenas retorcido e aplicado à economia”.

Portanto, o método proposto por Friedman (1953) minimizou as diferenças entre as ciências físicas e sociais. Segundo Blaug (1988), a ideia subjacente à visão de Friedman é de que não se deveria dar importância a pressupostos irrealistas se as teorias deles resultantes levassem a previsões possivelmente falseáveis, o que resultou que os economistas adotassem uma visão puramente instrumental do seu objeto de estudo.

Pode-se afirmar que a Economia Neoclássica foi desenvolvida nos moldes colocados por Friedman. Com isso, cada vez mais se observou o predomínio dos elementos defendidos nessa visão metodológica, como “(a) a introdução da matemática (cálculo diferencial), (b) inferência indutiva e (c) o uso dos métodos de equilíbrio geral” (MORAES, 2003, p. 39). Isso mostra que a ciência econômica

sofreu grande influência externa, principalmente de ciências como a física e a matemática, a partir do ponto de vista empirista defendido por Friedman.

Segundo Moraes (2003), essa visão positivista usada nos métodos das ciências naturais veio com uma proposta própria para dentro da Economia, de que a ciência seja cada vez mais “científica” na busca pela predição. Ou seja, a aproximação às ciências naturais, que se tornou o grande objetivo da Economia, passou pela necessidade de adequação aos métodos aplicáveis naquelas ciências ao campo de estudo econômico onde imperam diferentes comportamentos humanos. Com isso, o indutivismo lógico se “apossou” para dentro da metodologia econômica, causando “a necessidade continuada de exposição de suas construções teóricas a rigorosos testes empíricos” (MARQUES-JÚNIOR; PÔRTO-JÚNIOR, 2003, p. 114).

Com base nisso, vê-se que a Economia Neoclássica se preocupou em averiguar em que medida suas previsões poderiam ser comparadas ao que acontecia no mundo real. Devido a essa preocupação, passaram a integrar como campos de pesquisa na ciência econômica aqueles inerentemente ferramentais, como a econometria, a economia matemática e a estatística econômica, ampliando o escopo da investigação na Economia. O que reafirma o domínio do positivismo empirista nesta ciência.

### **3.2. A RETÓRICA DA ECONOMIA**

Com o passar o tempo, as concepções metodológicas em Economia, dominadas pelo positivismo, passaram a ser debatidas e discutidas. Entre as décadas de 1970 e 1980, especificamente, destacam-se as novas propostas que foram denominadas “pós-modernistas”. O surgimento destas perspectivas suscitou a discussão sobre a necessidade de uma alternativa metodológica viável na ciência econômica, e aqui é destacada uma delas, a proposta de análise retórica em Economia.

A concepção de retórica como metodologia econômica foi iniciada em 1983 com a publicação do artigo seminal “*The Rhetoric of Economics*” por Deirdre McCloskey (1942-). O artigo possui uma linguagem bastante crítica e irônica sobre o paradigma econômico pautado nas ideias Neoclássicas e o método aí dominante.

Fica claro que a intenção da autora foi propor algo novo, aproveitando-se das falhas que julgou ter identificado no processo científico da ciência econômica.

Antes de analisar as ideias de McCloskey, é necessário fazer uma breve digressão para entender o que a retórica significa para o estudo da metodologia econômica. Quando se referiu ao termo “retórica”, McCloskey (1983, 1996) buscou diferenciar-se daquilo que os gregos propuseram, mais precisamente Aristóteles, porque nestes havia um significado vulgar, de retórica como estratégia com finalidade única de convencimento através da linguagem, que independe do objeto e das convicções do locutor.

Em McCloskey (1983, 1996), entretanto, defendeu-se mais que a forma expositiva de retórica, houve a centralidade do discurso persuasivo que convence não somente pela oratória, mas pelo condicionamento do interlocutor na exposição conjunta entre problema, método, objeto e resultado, que busca aderência nas convicções partilhadas entre público e orador. Assim, o expositor não quer apenas se fazer crer, ele quer convencer porque também acredita na exposição. “O cientista deseja que o tenham conta, que lhe ouçam, que se publique seu trabalho, que lhe rendam homenagens e que lhe concedam o prêmio Nobel. Todos esses são seus desejos. Os meios são os recursos da linguagem” (MCCLOSKEY, 1996, p. 2).

A defesa da retórica econômica recuperou evidências de como os próprios economistas utilizaram modelos matemáticos e estatísticos como ferramentas retóricas de conversação para se revestir de caráter científico. A utilização de tais meios foi explicada por McCloskey (1983, 1996) pelo envolvimento da ciência econômica com o pensamento positivista, relação denominada pela autora de “modernismo”. Além de reprovar tal abordagem, a autora aludiu ao fato de tal método ser algo estritamente algo dogmático e doutrinador. Com isso, chegou até a apontar a metodologia predominante na Economia como retrógrada e conservadora, como se fosse uma fé religiosa que acabou “cegando” os investigadores nesse campo científico.

Nessa crítica ao modernismo, McCloskey (1996) procurou censurar a ideia atribuída a Friedman de acreditar na precisão das previsões, fato apontado como impossível. Nessa argumentação, a autora retomou o fato de que a previsão, longe da capacidade de qualquer homem mortal, está também longe da competência da própria ciência.

A principal constatação sobre o modernismo na Economia foi que este teria viciado sua metodologia no uso de regras limitadoras. McCloskey parece ter se aproximado das ideias de Feyerabend, pois o autor foi recorrentemente citado em seu texto, e a autora viu as ideias do anarquista metodológico como uma ruptura na filosofia da ciência que teria “deixado os metodólogos apopléticos” (MCCLOSKEY, 1996, p. 65). Como defendeu McCloskey (1983, 1996), o projeto retórico retira as amarras da metodologia econômica, o que não exclui a possibilidade de continuidade do método Neoclássico, mas impede a existência de regras impositivas excludentes.

“Justamente quando a “ciência econômica” se torna autista e cada vez mais estéril e dogmática, ganha corpo um discurso segundo o qual “boa ciência é a boa conversação”, a retórica pressupõe uma conversa honesta” (PRADO, 2003, p. 190). McCloskey passou a representar a proposição de um método para a ciência econômica, onde sair do modernismo implicaria recorrer à retórica, esta que “não significa um engano verbal. [...] é a arte de falar ou, em um sentido mais amplo, é o estudo de como convencer as pessoas” (MCCLOSKEY, 1996, p. 70). Ou seja, a retórica se apresentou como forma de superar a metodologia positivista sem ter buscado excluir sua antecessora, requerendo, antes, a ampliação metodológica.

Ainda persistiu na perspectiva retórica a necessidade de que o método seja algo ordenado, com base na observação do comportamento do cientista, o que não implicou no afastamento de critérios de racionalidade científica (BARBIERI; FEIJÓ, 2013). McCloskey não se preocupou em oferecer regras inflexíveis de como o pesquisador deve se comportar, buscou uma metodologia que investigasse o modo pelo qual os cientistas tentam passar adiante o seu conhecimento e a forma da aceitação deste último.

Segundo Arida (1996), o falseacionismo, na história do pensamento econômico, nunca demonstrou que as controvérsias deixaram de existir devido a experimentos empíricos que falseassem a teoria. Antes, as desavenças teóricas teriam se resolvido pelo maior convencimento. “Controvérsias se resolvem retoricamente; ganha quem tem maior poder de convencer, quem torna suas ideias mais plausíveis, quem é capaz de formar consenso em torno de si” (ARIDA, 1996, p. 36).

#### **4. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO**

A partir do que foi referenciado, propõe-se discutir as ideias das duas visões metodológicas em Economia que foram investigadas. Compete a esta discussão reunir e ligar os conceitos apresentados para refletir como a Economia foi desenvolvida em meio a essa miríade de ideias, até o ponto onde se encontrava na década de 1980, em que a retórica se apresentou como alternativa à metodologia do Paradigma Neoclássico.

Como foi visto, a ciência econômica, desde sua origem, sofreu grande influência dos empiristas e do método indutivista que encontraram lugar nas ciências naturais. Então, a lógica de que ciência é conhecimento provado sistematicamente ficou enraizada no pensamento científico, sendo necessária a comprovação empírica das propostas teóricas. Essa necessidade de verdade na teoria, a partir das ciências naturais, influenciou a Economia como ciência. Uma evidência disso é a comparação entre as ideias de verdade em termos probabilísticos de Hume e as distribuições de probabilidade que conferem à econometria caráter confirmatório de seus resultados.

A teoria Neoclássica foi a que mais se aproximou desse sentido de verdade, fortemente influenciada pelas ideias de Friedman (1953), que conseguiu assentar o positivismo na ciência econômica. Tomando essas ideias como ponto de referência histórico, pode-se identificar a partir daí a existência de um paradigma kuhiano na Economia, em que a ciência normal acabou voltada para os métodos positivistas, tal que os paradigmas concorrentes podem ser identificados nas abordagens heterodoxas.

Nesse sentido, é útil a passagem do prefácio da primeira edição do livro de Popper quando este afirmou que: “[u]m cientista empenhado em pesquisa, no ramo da física, pode atacar diretamente o problema que enfrenta. [...] O filósofo vê-se em posição contrária” (POPPER, 1934, p. 23). Esse papel do filósofo pode ser interpretado como função de qualquer cientista social, tal como o economista. Porque a ciência econômica não pode atacar diretamente o seu problema, pois seu objeto de estudo é complexo, composto por: sociedade; conjuntos de indivíduos; relações entre os agentes; relações entre os fenômenos etc. Também se verifica a

impossibilidade desta ciência replicar ou mesmo aplicar experiências de laboratórios em grande parte dos seus objetos de pesquisa.

Então, seria apenas o caráter positivista e empirista que a teoria Neoclássica deu à Economia para alcançar seu patamar de ciência? Como foi visto, não se faz ciência sem o uso da linguagem, principalmente no campo das ciências sociais, onde não se tem um objeto claro e imutável de estudo. Então, a forma com que um cientista se expressa faz diferença para a comunidade científica que o ouve. Por isso, a proposta de análise retórica de McCloskey pode ser empregada para o entendimento de como a teoria Neoclássica atingiu esse patamar. Ou seja, tal como quer a autora em sua defesa metodológica, a retórica também tem abrangência suficiente para explicar o sucesso da abordagem dominante.

Cánepa (2003) afirmou que a retórica de McCloskey seria o maior desafio à metodologia ortodoxa. O ataque ao modernismo na Economia acertou exatamente o que os Neoclássicos acreditam como ciência, aquilo que Barbieri e Feijó (2013) denominam de modelo matemático-estatístico do equilíbrio maximizador, o formato que prevaleceu pelo melhor convencimento de método econômico, que trouxe consigo, implicitamente, a ideia de rigor metodológico irrefutável.

Uma inclinação ao uso da retórica auxilia a entender melhor a ciência econômica porque essa abordagem não requer o abandono de nenhuma visão metodológica, seja ela o falseacionismo, o positivismo, ou qualquer outro método. O projeto retórico incorpora a todos estes, como defendido no anarquismo metodológico, tal que os cientistas, além de livres para buscar a verdade, também possam tentar convencer seus colegas e persuadir seus auditórios sem serem julgados como menos científicos.

Por isso o modelo empirista não pode ser admitido como única forma para o embasamento científico, porque a direção neste sentido implicou na supressão da validade dos demais métodos. O que emerge dessa reflexão é a crítica ao estilo modernista sobre o “critério de demarcação”, pois o que não se encaixa nesse formalismo matemático é rotulado como não-ciência. Entender a ciência econômica a partir da sua forma de conversação não lhe rebaixa, antes, a aprimora.

O papel de ciência na Economia não é exclusivamente de tentar previsões. Esta é uma ciência não somente por seu objeto de estudo, mas por possuir um método, uma ordenação nos distintos processos que são necessários para se

chegar a uma conclusão, mesmo sem a finalidade de verdade única como proposto nas ciências naturais. Assim, seja qual for a abordagem teórica, Neoclássica, Marxista, Austríaca, Institucionalista etc., todas possuem esse critério de demarcação, fazendo delas partes da ciência econômica por possuírem métodos bem definidos, conquanto a distinção entre eles.

Quer se destacar que a partir da retórica é possível entender que nenhum método de pesquisa está livre de retórica, pois todos utilizam uma linguagem para se comunicar e se fazer crer. Logo, é possível realizar o exame retórico do discurso científico em Economia independentemente da abordagem em questão, o que evidencia a universalidade dessa proposta metodológica e sua viabilidade para a ciência econômica.

Percebe-se que os economistas têm muito a ganhar ao incorporar em maior profundidade a metodologia econômica proposta da McCloskey. Fazer ciência pela conversação seria enriquecedor para o debate econômico, já que “um dos benefícios do estudo metodológico é que ele promove autoconhecimento, [...] e junto o estímulo para atitudes mais pluralistas e democráticas na academia” (FUCIDJI, 2012, p.191).

***BRIEF STUDY OF THE ECONOMIC METHOD: THE ORIGINS OF THE DOMINANT PARADIGM, THE FRIEDMAN'S POSITIVISM AND THE RHETORIC IN MCCLOSKEY***

***ABSTRACT:*** *This article analyzes the epistemology of economic science, as well as the origin of its methodology. The objective is to review the organization of economic thought on its scientific character, reviewing its origins and evolution. To this end, some influencing concepts to science development and Neoclassical Paradigm are treated, crystallized in Friedman's proposal. Is also observed one alternative form to the preponderant economic method, McCloskey's idea of the rhetoric of science. Through historical and bibliographic review, it was concluded that in Economics a “normal science” prevails, in the Kuhnian perspective, guided and limited by Neoclassical researching rules, in which rhetoric presents itself as a viable alternative of scientific method for being able to understand the dominant version.*

***KEYWORDS:*** *Methodology of economic science. Rhetoric of economics. Epistemology.*

**REFERÊNCIAS**

ARIDA, P. História do pensamento econômico como teoria e retórica. *In*: REGO, J. M.; ARIDA, P. **Retórica na economia**. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 11-56.

BARBIERI, F.; FEIJÓ, R. **Metodologia do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 2013.

BLAUG, M. Kuhn versus Lakatos ou Paradigmas versus Programas de Pesquisa na História da Ciência Econômica. *In*: BIANCHI, A.M.A. (org.). **Metodologia da Economia: ensaios**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1988. p. 1-43.

CÁNEPA, E. Do cânone ortodoxo à retórica e filosofia da ciência. *In*: CORAZZA, G. (org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 229-274.

CHALMERS, A.F. **O que é ciência afinal?**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

COUTINHO, M. **Lições de economia política clássica**. São Paulo: Hucitec, 1993.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

FRIEDMAN, M. The Methodology of Positive Economics. *In*: FRIEDMAN, M. **Essays in Positive Economics**. Chicago, The Univ. of Chicago Press, 1953. p. 3–16.

FUCIDJI, J. R. **Realismo crítico e teoria econômica: quatro ensaios sobre metodologia econômica**. 2012. 231f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

KUHN, T. S. Reflexões sobre os meus críticos. *In*: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo, Cultrix, 1979. p. 285-243.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1962.

LAKATOS, I. **O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1970.

LOSEE, J. **Introdução histórica à filosofia da ciência**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

MAGEE, B. **História da filosofia**. São Paulo: Loyola, 1999.

MARQUES-JÚNIOR. L; PÔRTO-JÚNIOR. S. O método da teoria neoclássica: a economia neoclássica é uma teoria refutável?. *In*: CORAZZA, G. (org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 93-116.

MCCLOSKEY, D. N. A retórica da economia. *In*: REGO, J. M (org.). **Retórica na economia**. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 47-80.

MCCLOSKEY, D. N. The Rhetoric of Economics. **Journal of Economic Literature**, Nashville, TN, v. 21, n. 2, p. 481-517, 1983.

MORAES, R.C. Aspectos metodológicos da economia clássica e neoclássica. *In*: CORAZZA, G. (org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 35-42.

POPPER, K. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1945.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1934.

PRADO, E. A questão de comparação das teorias em “economia”. *In*: CORAZZA, G. (org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 189-206.